

Projetos I&DT Demonstradores Individuais (05/SI/2017)

Data / Hora

Date(s) - 23/02/2017 - 02/06/2017

Categorias

- Concursos em aberto

ENQUADRAMENTO

Desenvolver, a partir de atividades de I&D concluídas com sucesso, **ações de demonstração tecnológica e divulgação de novas tecnologias** sob forma de novos produtos, processos ou serviços inovadores, **evidenciando as suas vantagens e potenciando a difusão de conhecimento**. Pretende-se, assim, por esta via, **aumentar a cooperação empresarial e a articulação entre empresas e entidades de investigação**, nomeadamente centros de interface tecnológico, **acelerando a difusão**, transferência e utilização de tecnologias, conhecimentos e resultados de I&D no tecido empresarial.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS

As entidades beneficiárias dos apoios previstos são:

Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que exerce uma atividade económica através da oferta em concorrência de bens ou serviços no mercado.

Entidades não empresariais do Sistema de I&I que, independentemente do seu estatuto jurídico ou modo de financiamento, tem como objetivo principal a realização, de modo independente, de atividades de investigação fundamental, investigação industrial ou desenvolvimento experimental ou divulgar amplamente os resultados dessas atividades através do ensino, de publicações ou da transferência de conhecimentos.

Podem beneficiar dos apoios previstos as Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica e as Entidades não empresariais do Sistema de I&I que cumpram as seguintes condições:

a) Apresentar uma **situação económico-financeira equilibrada**, como segue:

- Não PME: rácio de AF não inferior a 20%;
- PME: rácio de AF não inferior a 15%;
- Entidade não empresarial: Situação Líquida Positiva.

b) Designar um responsável técnico do projeto.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DA OPERAÇÃO

Os projetos a apoiar devem satisfazer as seguintes condições de acesso:

- a) Ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos, não podendo incluir despesas anteriores à data da candidatura, à exceção dos “adiantamentos para sinalização”, relacionados com o projeto, até ao valor de 50% do custo de cada aquisição, e das despesas relativas aos estudos de viabilidade, desde que realizados há menos de um ano;
- b) Inserir-se nos domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente;
- c) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento do projeto;
- d) Demonstrar a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira da empresa;
- e) Apresentar uma caracterização técnica e um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados e assegurar o adequado controlo orçamental do mesmo através de um sistema que permita aferir adequadamente a imputabilidade das despesas e custos do projeto;
- f) Iniciar a execução do projeto no prazo máximo de seis meses, após a comunicação da decisão de financiamento;
- g) Identificar e justificar as incertezas de natureza técnica e científica que sustentam o caráter de I&D do projeto, demonstrando que as soluções encontradas não poderiam ser desenvolvidas por alguém que tenha os conhecimentos e competências básicos nos domínios técnicos da área em questão;
- h) Incorporar desenvolvimentos técnicos ou tecnológicos significativos ou, no caso de projetos demonstradores, ter caráter inovador alicerçado em atividades de I&D concluídas com sucesso;
- i) Envolver recursos humanos qualificados cujos currícula garantam a sua adequada execução;
- j) Ser sustentados por uma análise da estratégia de investigação e inovação (I&I) da(s) empresa(s), que identifique e caracterize, no presente, e para um horizonte temporal de três anos, as áreas de investigação prioritárias, recursos críticos afetos à atividade de I&D e o seu alinhamento global com a estratégia de desenvolvimento de negócio;
- k) Ter uma duração máxima de execução de dezoito meses em projetos demonstradores, exceto em casos devidamente justificados;
- l) Prever, no caso de projetos demonstradores, a demonstração em situação real da utilização ou aplicação do produto, processo ou sistema alvo do projeto e um plano de divulgação ampla junto de empresas potencialmente interessadas na aplicação das soluções tecnológicas que constituam seus resultados, bem como de outros potenciais interessados na tecnologia a demonstrar.

CRITÉRIOS ESPECÍFIOS DE ACESSO

Os projetos a apoiar devem satisfazer as seguintes condições específicas de acesso:

- Enquadrar-se nos domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3 Nacional e/ou Regional);
- O projeto deve corresponder a um mínimo de investimento elegível de € 150.000;
- Curricula dos recursos humanos identificados como críticos no projeto;
- Prever a realização de uma sessão de demonstração em situação real da utilização ou aplicação do produto/processo/sistema alvo do projeto, a qual deverá ter um caráter público, permitindo aos potenciais adotantes das tecnologias a visualização da sua aplicação em ambiente real;
- Prever um plano de divulgação ampla junto de empresas potencialmente interessadas na aplicação das soluções tecnológicas que constituem seus resultados, bem como de outros potenciais interessados na tecnologia a demonstrar (por exemplo durante o projeto, realização de seminários, workshops, etc.).

DESPESAS ELEGÍVEIS

São despesas elegíveis apoiadas pela presente medida as seguintes:

Custos diretos:

- a) Despesas com pessoal técnico do beneficiário dedicado a atividades de I&D, incluindo bolseiros contratados pelo beneficiário com bolsa integralmente suportada por este;
- b) Aquisição de patentes a fontes externas ou por estas licenciadas, apreços de mercado, e que se traduzam na sua efetiva endogeneização por parte do beneficiário;
- c) Matérias-primas, materiais consumíveis e componentes necessárias para a construção de instalações piloto ou experimentais e/ou de demonstração e para a construção de protótipos;
- d) Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria, bem como os custos decorrentes da utilização de plataformas eletrónicas de inovação aberta e “crowdsourcing”;

Custos diretos:

- e) Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico, na medida em que for utilizado no projeto e durante a sua execução;
- f) Aquisição de software específico para o projeto, na medida em que for utilizado no projeto, e durante a execução do mesmo;
- g) Despesas com a promoção e divulgação dos resultados de projetos de inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do setor utilizador final ou de empresas alvo, incluindo a inscrição de aluguer de espaços no estrangeiro, excluindo despesas correntes e/ou com fins de natureza comercial;
- h) Viagens e estadas no estrangeiro diretamente imputáveis ao projeto e comprovadamente necessárias à sua realização, excluindo deslocações para contactos e outros fins de natureza comercial;

- i) Despesas com o processo de certificação do sistema de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação certificado segundo a NP4457:2007, designadamente honorários de consultoria, formação e instrução do processo junto da entidade certificadora;
- j) Despesas com a intervenção de auditor técnico-científico;
- k) Custos com a intervenção de Técnicos Oficiais de Contas ou Revisores Oficiais de Contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento até ao limite de 5.000 euros por projeto;
- l) Contribuições em espécie, em condições a definir.

São ainda elegíveis despesas diretas com:

- Adaptação de edifícios e instalações na medida em que forem utilizados no projeto, e durante a execução do mesmo;
- Transporte, seguros, montagens e desmontagens de equipamentos e instalações específicas do projeto;
- Despesas inerentes à aplicação real no setor utilizador, até ao limite máximo de 15% das despesas elegíveis do projeto;
- Modelos computacionais dos protótipos com funções de simulação, quando adequados à demonstração dos resultados.

Custos indiretos:

Os Custos Indiretos compreendem todos os custos elegíveis que não podem ser identificados pelo promotor como diretamente imputáveis ao projeto mas que se encontram relacionados com os custos diretos elegíveis.

Os custos indiretos são calculados com base em custos simplificados, assentes na aplicação da taxa fixa de 25% dos custos elegíveis diretos, com exclusão daqueles que configurem subcontratação e recursos disponibilizados por terceiros.

DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS

São consideradas **despesas não elegíveis** as seguintes:

- a) Transações entre beneficiários nos projetos;
- b) Custos referentes a investimentos diretos no estrangeiro.

APOIOS

Natureza dos apoios:

A - Regiões menos desenvolvidas NUTS II (Norte, Centro e Alentejo)

Taxa base máxima de incentivo de 25%, que pode ser acrescida de majorações:

- i. Investigação Industrial (25 p.p. a atividade de I&D);
- ii. Tipo de empresa (10 p.p. a médias empresas; 20 p.p. a micro e pequenas empresas);
- iii. Divulgação ampla dos resultados (15 p.p.).

B - **Região NUTS II Lisboa** – Taxa máxima de cofinanciamento de 40 %.

C - **Região NUTS II Algarve** - Empresas - taxa máxima de cofinanciamento de 62%.

Incentivo não reembolsável e reembolsável, nas seguintes condições:

- Projetos com um **incentivo \leq a 1 M€** por beneficiário – Incentivo não reembolsável;
- Projetos com um **incentivo $>$ a 1 M€** por beneficiário - Incentivo não reembolsável até ao montante de 1 M€, assumindo o montante do incentivo que exceder este limite a modalidade de incentivo não reembolsável numa parcela de 75% e de incentivo reembolsável para a restante parcela de 25%, sendo que esta última parcela será incorporada no incentivo não reembolsável sempre que o seu valor for inferior a 50.000 €.

ABERTURA: 2017-02-23
FECHO: 2017-06-02 (19H00)
AS CANDIDATURAS A ESTA MEDIDA ESTÃO EM
ABERTO.